

continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

2) **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 12b e 12c); e

3) **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis (Nota 12b).

4) **Outros ativos e passivos**
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata") e o provável para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores corretados e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata").

5) **Eventos subsequentes**
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
 - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para essas Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de junho de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	12	3
Total de disponibilidades (caixa)	12	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	39.514	150.144
Total caixa e equivalentes de caixa	39.526	150.147

(1) Refere-se a operações cujo vencimento, na data de efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos (1)			
Títulos para negociação (3)	300.063	30.628	1.398
Letras financeiras do tesouro	-	-	-
Cotas de fundos	299.769	-	-
Debêntures	-	-	176
Instrumentos financeiros derivativos	284	30.628	1.222
Títulos disponíveis para venda	148	19	-
Ações (4)	148	-	-
Debêntures	-	-	19
Total em 2012	300.211	30.647	1.398
Total em 2011	312.398	322.438	6.699

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos títulos, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotas e cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos; e

(4) No período não houve perdas não temporárias para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

b) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição global. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para títulos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são utilizadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco. Os acordos. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de juros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se metodologias similares aquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swap e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

c) Valor dos instrumentos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012		2011	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos futuros				
Compromissos de venda:	201	-	158	-
- Mercado interfinanceiro	201	-	158	-
Compromissos de compra:	-	-	35.180	158
- Mercado interfinanceiro	-	-	35.180	158
Compromissos de venda:	-	-	871.500	836.320
- Mercado interfinanceiro	-	-	871.500	836.320
Contratos de swap				
Posição ativa:	997.088	-	1.399.469	-
- Mercado interfinanceiro	561.877	71.593	756.684	111.768
- Profissionais	1.608	21	22	262
- Moeda estrangeira	71.954	-	194.131	-
- IGR-M	72.326	927	132.521	-
- Outros	285.323	-	293.623	-
Posição passiva:	1.019.662	-	1.467.037	-
- Mercado interfinanceiro	490.284	-	645.006	-
- Profissionais	5.987	-	22.248	9.322
- Moeda estrangeira	78.427	-	283.934	89.803
- IGR-M	71.396	-	132.629	108
- Outros	373.965	88.642	383.223	89.597

d) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012		2011	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - swap	46.722	9.875	60.900	(2.873)
Prêmios de opção a receber	-	-	195	(195)
Total do Ativo em 2012	46.722	9.875	61.100	(3.068)
Total do Ativo em 2011	(68.427)	(10.744)	(79.171)	(124.202)
Ajuste a pagar - swap	-	-	121.202	(1.398)
Prêmios de opções lançadas	-	-	(5.560)	5.560
Total do Passivo em 2012	(68.427)	(10.744)	(79.171)	(1.398)
Total do Passivo em 2011	-	-	(129.762)	4.162

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social		Lucro líquido ajustado		Valor contábil	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	8.700	19.265	19.265	19.265	4.650	9.999	9.999	2.945	2.945	2.945	2.945	2.074
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	234.000	500.002	500.002	485.275	-	100.000	33.387	500.002	428.140	33.387	428.140	27.846
BRAM Bradesco Asset Management DTVM S.A.	117.000	243.224	243.224	243.224	9.322	11.006	11.006	243.224	216.949	11.006	216.949	9.065
STV Holdings S.A.	912.000	1.394.060	1.394.060	25.862	2.862	3.814	4.300	3.853	119	119	119	126
Agora CTVM S.A.	149.000	308.793	308.793	10.465	10.465	100.000	12.858	308.793	284.242	12.858	15.121	
Total								1.075.098	943.121	60.315	60.315	54.233

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Investimentos em outras companhias (1)	225.313	225.720
Títulos patrimoniais	401	400
Investimentos por incentivos fiscais	272	272
Subtotal	225.986	226.392
Provisão para perdas	(306)	(306)
Total	225.680	226.086

(1) Refere-se, substancialmente, a ações da BM&FBOVESPA.

9) MOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012		2011	
	Taxa	Custo	Depreciação	Valor residual
Imóveis de uso:				
- Edificações	4%	961	(731)	230
- Terrenos	-	30	-	30
- Instalações, móveis e equipamentos	10%	2.966	(1.031)	1.935
- Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	1.551	(784)	767
Total em 2012	-	5.509	(2.546)	2.963
Total em 2011	-	4.851	(2.027)	2.824

10) DIFERIDO
 Representado pelo ágio apurado na aquisição de investimento da Agora Corretora, correspondentes a rentabilidade futura da carteira de clientes, sendo amortizado em até cinco anos. No período foram amortizados ágios no montante de R\$ 49.155 mil (2011 - R\$ 49.155 mil).

11) INTANGÍVEL

Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de Software. O valor residual corresponde a R\$ 131 mil (2011 - R\$ 166 mil) e amortização acumulada de R\$ 89 mil (2011 - R\$ 46 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

1) **Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**
 A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

2) **Ativos Contingentes**
 A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

b) Processos cíveis

São peticos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

c) Obrigações Legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de sucesso em longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Movimentação das Provisões Constituídas

	Fiscais e Previdenciárias (R\$ mil)	
	2012	2011
Saldos no início do 1º semestre de 2012	9.265	8.264
Atualização monetária	-	-
Constituições líquidas de provisões	136	(1.547)
Pagamentos	(311)	(500)
Saldos no final do 1º semestre de 2012 (Nota 13)	9.090	6.217
Saldos no final do 1º semestre de 2011 (Nota 13)	13.269	8.238

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

e) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e emprega a opinião dos assessores jurídicos, baseada em ações de acordo com o respectivo da natureza das ações. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 30 de junho de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias
Posição bancada	39.514	-
Letras do tesouro nacional	-	-
Notas do tesouro nacional	39.514	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.731	5.220.747
Total em 2012	102.245	5.220.747
Total em 2011	150.144	4.394.766

b) Recetas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	4.457	5.781
Subtotal	4.457	5.781
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	230.877	233.093
Total (Nota 6c)	235.334	238.874

III - Contratos futuros e de swap

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos futuros	-	-	-	201
Contratos de opções	-	-	-	201
Contratos de swap	470.830	21.909	73.149	374.603
Total em 2012	470.830	21.909	73.149	374.804
Total em 2011	209.752	6.424	1.043.092	998.938

IV - Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos, representados basicamente por contratos futuros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Títulos públicos	34.700	31.315
Letras financeiras do tesouro	34.700	31.315

V - Valores das receitas e das despesas líquidas

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Contratos de swap	(1.009)	(9.521)
Contratos de opções	-	69
Contratos futuros	(13)	3
Total	(1.022)	(9.469)

VI - Valores globais dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
CETIP (balcão)	201	1.241.438
BM&F (bolsa)	940.491	906.838
Total	940.692	2.248.276

c) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Recetas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	235.334	238.874
Títulos de renda fixa	12.688	33.074
Títulos de renda variável	9	9
Fundos de investimentos	4.906	4.906
Subtotal	248.630	276.945
Resultado de operações com derivativos	(1.022)	(9.469)
Total	247.608	267.476

7) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Tarifa sobre prestação de serviços	25.148	30.552
Dividendos	7.001	8.490
Total	32.14	

Bradesco BBI
 CNPJ 06.271.464/0001-19
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Vera - Osasco - SP

Banco Bradesco BBI S.A.
 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 06.271.464/0001-19
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Vera - Osasco - SP

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Serviços de terceiros	22.522	17.197
Aluguel	2.236	2.236
Viagens	1.981	1.798
Contribuições filantrópicas	-	335
Comunicações	1.515	904
Propaganda, promoções e publicidade	407	666
Serviços técnicos especializados	640	388
Transportes	368	318
Depreciação e amortização	321	261
Materiais, energias e outros	185	261
Manutenção e conservação de bens	127	178
Serviços do sistema financeiro	110	43
Outras	400	120
Total	30.806	24.166

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações
 Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
 O Bradesco BBI (atual denominação do Banco BEM S.A.) patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - Capof. Os recursos geradores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
 a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	376.153	339.731
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(150.461)	(135.892)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	24.126	21.693
Despesas individuais líquidas de receitas não tributáveis	2.101	(2.369)
Outros valores	(1.455)	74
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(125.689)	(116.494)

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
Contribuição ao COFINS	8.769	17.018
Impostos sobre serviços - IBS	11.508	7.761
Contribuição ao PIS	46	7
Impostos e taxas	46	7
Total	33.373	27.552

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Dividendos/Juros sobre o capital próprio recebidos	4.336	5.956
Variação monetária ativa	1.369	363
Comissões	533	624
Reversão de provisão operacional	1.848	1.848
Atualização monetária sobre depósitos em coligadas	440	570
Recuperação de encargos e despesas	219	355
Outras	914	62
Total	9.459	7.939

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Amortização de ativo	49.521	49.521
Comissão de intermediação de operação	6.171	4
Variações monetárias e cambiais	2.824	2.289
Despesas com provisões civis	184	194
Outras	3.542	1.208
Total	62.194	53.199

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2012	2011
Rendas de aluguéis	45	44
Resultado na alienação de valores e bens	(37)	(116)
Reversão de provisão para desvalorização de bens e investimentos	45	5
Total	56	(72)

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
 a) As transações com o controlador, empresas controladas e coligadas estão assim representadas:

	2012	2011
Ativos (passivos)	5.283.478	4.304.766
Recursos (despesas)	230.877	233.093

Aplicações em depósitos interfinanceiros:
 Banco Bradesco S.A. 39.514 150.144 4.457 5.781

Aplicações no mercado aberto:
 Banco Bradesco S.A. (19.016) (60.749) (10.194) (7.123)

Prestação de serviços:
 Bradesco S.A. CTVM (5)

Dividendos:
 Banco Bradesco S.A. (2.819) (10.294)
 BRM Bradesco Asset Management DTM S.A. 218 331
 Bradesco S.A. CTVM 634 1.119
 Miramar Holdings S.A. 3.052 3.052
 Agora CTVM S.A. 263 532
 Outras coligadas e controladas 99 22

Aluguel:
 Banco Bradesco S.A. 48 44

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
 Anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado:
 - O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 16.000 mil (2011 - R\$ 23.000 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e bônus) e de R\$ 9.700 mil (2011 - R\$ 7.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	2012	2011
Proventos	1.805	2.828
Bônus	1.285	11.018
Contribuição ao INSS	2.041	3.116
Total	11.111	16.962

Benefícios pós-emprego

	2012	2011
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.607	1.523
Total	2.607	1.523

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23) DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.705	15.705
Provisões para riscos - civis	3.534	54
Provisões para riscos - fiscais	3.478	20
Provisão para desvalorização de bens não de uso	694	11
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	153	-
Ativo amortizado	69.201	10.441
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	475
Outros	19.178	14.292
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	112.143	14.852
Contribuição social MP nº 2.158-35 de 24.8.2001	26.413	30.215
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	138.556	14.852
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	3.914	603
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	134.642	14.771
d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35	110.326	(13.789)
Total	(15.684)	(116.494)

24) DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

	2012	2011
Imposto de renda	13.383	6.173
Contribuição social	20.169	10.652
2012	18.551	9.816
2011	11.393	7.053
2010	1.748	1.191
Total	64.243	32.537

Crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	2012	2011
2012	23.908	2.505
2011	2.505	26.413

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucro contábil.
 O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somaram R\$ 118.440 mil (2011 - R\$ 130.018 mil) sendo R\$ 92.271 mil (2011 - R\$ 104.161 mil) de diferenças temporárias e R\$ 26.169 mil (2011 - R\$ 25.857 mil) de crédito tributário de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas
 A Sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.175 mil (2011 - R\$ 3.080 mil) relativas a:
 - Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - R\$ 90 mil (2011 - R\$ 347 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 3.115 mil (2011 - R\$ 2.733 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Gerenciamento de riscos
 A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização das negociações da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada e avaliada, avaliando o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance dos objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.
 A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estruturado, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.
 O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
 b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas orientações e interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.
 Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
 - Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).
 Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

26) DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

	2012	2011
Imposto de renda	13.383	6.173
Contribuição social	20.169	10.652
2012	18.551	9.816
2011	11.393	7.053
2010	1.748	1.191
Total	64.243	32.537

Crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	2012	2011
2012	23.908	2.505
2011	2.505	26.413

A DIRETORIA
 Daniel José Liberali - Contador - CRC 1SP1784350-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão
 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
 Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 13 de agosto de 2012

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC ZSP0144280-0

Zenke Nakassato
 Contador CRC 1SP167690-0

José Cláudio Costa
 Contador CRC 1SP1677200-1

Política

Armando C. Serra Negra

Entre ativistas, empresários, advogados, jornalistas e estudantes, cerca de 200 pessoas estiveram no Grand Hyatt Hotel, para ouvir os 13 palestrantes. Lá estavam o ministro chefe da Controladoria Geral da União (CGU) Jorge Hage; o ex-ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira; a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie Northfleet; e o professor de Ética e Filosofia da Unicamp, Roberto Romano.

Alcançou-se o consenso de que a corrupção acontece, principalmente, pela falta de transparência nos impostos, contas e negócios públicos, e pelo financiamento privado das candidaturas políticas. O lobby de profissionais entre setores público e privado também foi abordado.

"Embora seja uma atividade importante para as relações negociais com o governo, essa área é muito mal vista e incompreendida, precisando ser regulamentada, dando um fim às informações privilegiadas; as empresas se tornam corruptoras porque são dependentes desse modelo político, mas começam a perceber que a erradicação da corrupção otimiza a distribuição de renda, fomentando e diversificação os negócios", apontou Roberto Abdenur.

"É disso que trata o Projeto de Lei 6826, que está para ser votado no Congresso desde 2010, possibilitando a rápida punição das empresas corruptoras, em nível nacional, entre muitos outros mecanismos anticorrupção", continuou o relator e deputado federal

Chico Ferreira/LUZ

A sociedade está despatentada com a ineficiência e a lentidão da Justiça que promovem prescrição de crimes.
 Jorge Hage, ministro chefe da CGU.

Chico Ferreira/LUZ

Ellen Gracie, que deixou o Supremo no ano passado: reflexo sobre o tema do ponto de vista jurídico.

'A corrupção ainda nem está enquadrada no Código Penal'

Foi o que afirmou a ex-ministra do STF, Ellen Gracie, em seminário em São Paulo.

Armando C. Serra Negra

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), em parceria com o jornal Valor Econômico e representantes do Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizaram seminário *'Impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento'*.

"O objetivo é provocar um debate sobre o problema, suas consequências para a governabilidade e o que de concreto se tem feito - ou pode ser feito - para combatê-la", disse Roberto Abdenur, presidente da ETCO e ex-embaixador do Brasil em Washington.

Entre ativistas, empresários, advogados, jornalistas e estudantes, cerca de 200 pessoas estiveram no Grand Hyatt Hotel, para ouvir os 13 palestrantes. Lá estavam o ministro chefe da Controladoria Geral da União (CGU) Jorge Hage; o ex-ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira; a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie Northfleet; e o professor de Ética e Filosofia da Unicamp, Roberto Romano.

Alcançou-se o consenso de que a corrupção acontece, principalmente, pela falta de transparência nos impostos, contas e negócios públicos, e pelo financiamento privado das candidaturas políticas. O lobby de profissionais entre setores público e privado também foi abordado.

"Embora seja uma atividade importante para as relações negociais com o governo, essa área é muito mal vista e incompreendida, precisando ser regulamentada, dando um fim às informações privilegiadas; as empresas se tornam corruptoras porque são dependentes desse modelo político, mas começam a perceber que a erradicação da corrupção otimiza a distribuição de renda, fomentando e diversificação os negócios", apontou Roberto Abdenur.

"É disso que trata o Projeto de Lei 6826, que está para ser votado no Congresso desde 2010, possibilitando a rápida punição das empresas corruptoras, em nível nacional, entre muitos outros mecanismos anticorrupção", continuou o relator e deputado federal

Carlos Zarattini (PT/SP).

"A sociedade reconhece cada vez mais a existência e a seriedade do problema, trazido à tona pelos veículos de mídia, mas está deveras desapontada com a ineficiência e lentidão da Justiça, revoltada com os infindáveis dispositivos legais protelatórios, que promovem a prescrição dos crimes antes de julgados", criticou Jorge Hage.

"A corrupção ainda nem está enquadrada no Código Penal", avaliou Ellen Gracie, para espanto geral. Foi apontada, também, a endogenia da corrupção brasileira, com acatamento maior do malfeito pela população, por falta de educação e consequente politização. "O brasileiro comum joga papel na rua, sem perceber que isto é uma autoflagelação e um desserviço à democracia", disse Josmar Verillo, das ONGs *Amarribo e Transparência Internacional*. Citando escritores e filósofos históricos, Marques Moreira fechou o encontro lembrando que o primeiro a criar um código de ética e conduta política foi o ex-presidente John Kennedy (1917-63), cujo sucessor Lyndon Johnson aplicou o conceito de "percepção" parafraseando o imperador romano Júlio César (110 a.C.-44 a.C.): "Não basta ao político ser honesto; ele tem que parecer honesto".

Chico Ferreira/LUZ

Ellen Gracie, que deixou o Supremo no ano passado: reflexo sobre o tema do ponto de vista jurídico.